

A função cultural dos Arquivos Municipais e Históricos do Algarve

Luísa Martins (*)

Na região do Algarve, as Bibliotecas foram as primeiras instituições de cultura a inovar na forma de trabalhar, no sentido da crescente atracção de públicos, seguindo-se-lhes os Museus. Mais tarde, os Arquivos Municipais, salvaguardados os fundos documentais, começaram a desenvolver a sua função cultural.

A maioria dos Arquivos da região algarvia não está apetrechada com as condições suficientes para o desenvolvimento da função cultural. Ainda assim, alguns, timidamente, vão apresentando exposições temáticas (relacionados com a história regional e local) de documentos históricos que atraem todo o tipo de público, organizam conferências, visitas acompanhadas, cursos de curta duração, cedem espaço a associações e outras instituições locais que o solicitem para a organização de reuniões e outros eventos, desenvolvem projectos de investigação. Parece-nos redutora a conceptualização dos Serviços Educativos centrados apenas nas instituições de ensino, no sentido em que a formação de públicos e de novos investigadores/leitores/utentes para Arquivos já não pode centrar-se apenas na Escola. Há um conjunto de públicos que pretende um acompanhamento facilitador da sua formação que abarca um arco cronológico dos 5 aos 85. As portas devem abrir-se à intervenção cultural e educativa, numa interacção com o seu meio social e cultural. Neste universo não poderíamos deixar de nomear os Arquivos Municipais de Lagoa, Loulé e Olhão. Este último, com a capacidade de desenvolver exposições do seu fundo documental fora do próprio Arquivo, obviando a falta de espaço.

Apesar de as condições de acesso aos fundos e colecções serem de livre acesso aos cidadãos maiores de 18 anos (por razões que se prendem com o manuseamento, natureza material e dos conteúdos), em espaços apropriados para que o estudo e a investigação se realizem com qualidade e salvaguarda dos bens documentais, tal norma e princípio regulador dos Arquivos não deve cercear a função cultural enquanto “fazedora” de novos públicos, futuros investigadores e conhecedores do Património e da História da região. Há que promover a fruição do património arquivístico numa abordagem que apela não só à observação da sua qualidade informacional, mas também da sua função estética, numa visão integradora dos documentos com as actividades arquivísticas e com os públicos.

De tudo isto resulta que os Arquivos precisam de desenvolver o que, na prática arquivística ficou conhecida como “extensão cultural”, enquanto meio de difusão. A expansão das funções básicas de aquisição e preservação dos documentos com valor arquivístico lança-se cada vez mais no encorajamento ao uso dos Arquivos, à sua vinculação à sociedade e emparceiramento com instituições congéneres e ainda, à demonstração aos públicos (geral e específico) que os Arquivos são fontes de informação, mais do que um local curioso e bizarro.

Uma programação cultural coerente com a essência do Arquivo não nos parece despicienda porquanto assegura o contacto com fontes primárias (suas reproduções e/ou contacto em situação de vigilância), promovendo o desenvolvimento de hábitos de pesquisa e de interesse pela história regional e local.

Os Arquivos municipais, através dos seus Serviços Educativos (no âmbito da extensão cultura e divulgação) devem pois considerar cada vez mais a transmissão da memória colectiva como uma das suas responsabilidades maiores, ambicionando o crescimento intelectual e crítico das populações, especialmente as mais jovens, para garantia de que a futura geração se torne protectora da sua identidade cultural.

(*) Técnica Superior de História. Sócia da AGEAL